



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/07/2021. Publicação: 22/07/2021. Edição nº 137/2021.

Converter, tendo em vista a necessidade de continuidade das investigações, com apoio no art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a Notícia de Fato nº 026625-500/2020 em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil – PP, autuada com o fim de apurar possível reclamação dos moradores da Av. Santos Dumont, São Cristóvão e proximidades, nesta cidade, em que narram a ocorrência de transtornos causados pela CHOPERIA FAZ PARTE, situada naquelas imediações, provocando “perturbação e poluição sonora pelo barulho feito constantemente por equipamentos de som, gritaria e algazarra dentro da propriedade”, em especial às sextas, sábados, domingos e feriados.

Adotem-se as seguintes providências:

- I. Registre-se em livro próprio e no SIMP;
- II. Autue-se esta, encartando-a no frontispício do procedimento, remetendo cópia para publicação no Diário Eletrônico do Estado do Maranhão, à Coordenação de Documentação e Biblioteca;
- III. Obedeça-se, para a conclusão deste Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, o prazo de 90 (noventa) dias, consoante estabelecido no art. 2º, § 6º, da Resolução CNMP nº 23/2007, fazendo-se conclusivo antes de seu advento.

Cumpra-se.

São Luís/MA, 20 de julho de 2021.

assinado eletronicamente em 20/07/2021 às 13:29 hrs (*)

CLÁUDIO REBÊLO CORREIA ALENCAR
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

ALCÂNTARA

REC-PJALC - 112021

Código de validação: 9713B39309

Excelentíssima Senhora Secretária Municipal de Saúde de Alcântara/MA

Nesta

Assunto: Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde.

Ref.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 017/2018 - PJALC - SIMP N.º 000207-042/2018

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por intermédio de seu representante que esta subscreve, no uso das atribuições conferidas pelo art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e no art. 26, inciso IV c/c §1º, inciso IV e art. 27, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 013/91 e, ainda,

Considerando que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 205 da Constituição Estadual;

Considerando que o §1º do Art. 1º da Lei nº 8.142/90 estabelece que “a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos”;

Considerando que a Lei 8.142/90 determina que as Conferências de Saúde devem ser convocadas pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, quando o gestor não o fizer, pelo Conselho de Saúde;

Considerando o teor da Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS de nº 453/2012, que prevê no inciso XIX de sua Quinta Diretriz que é função do Conselho “estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e Conferências de Saúde”;

Considerando o que dispõe no inciso V da Quinta Diretriz da Resolução nº 453/2012, o qual estabelece que “aos Conselhos de Saúde compete definir diretrizes para elaboração dos Planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços”;

Considerando que o § 4º do Art. 30 da Lei Complementar nº 142/2012 estabelece que “caberá aos Conselhos de Saúde deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades para elaboração dos planos plurianuais”;

Considerando que o Plano de Saúde é elaborado no primeiro ano da gestão em curso, com execução a partir do segundo ano dessa gestão ao primeiro ano da gestão subsequente;

Considerando o momento em que o mundo está enfrentando a situação de pandemia causada pela Sars-Cov-2, o que requer medidas de distanciamento social e os cuidados especiais de higiene e proteção;

Considerando as condições especiais de funcionamento dos Conselhos de Saúde em razão da pandemia causada pelo Coronavírus;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/07/2021. Publicação: 22/07/2021. Edição nº 137/2021.

Considerando que, neste ano, os municípios têm obrigação legal de realizar as Conferências Municipais de Saúde e que a situação de pandemia se revela um limitador ou impeditivo de cumprimento desta obrigação;

Considerando a Resolução CNS nº 654/2021, que disciplina as medidas relativas ao funcionamento excepcional dos Conselhos de Saúde, diante das possibilidades de retomada das atividades do controle social, ao mesmo tempo em que prevê sejam adotadas medidas de segurança sanitária e epidemiológica;

Considerando o teor do MANUAL BÁSICO PARA REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DE SAÚDE editado pelo Conselho Nacional de Saúde no ano de 2021, com comentários acerca das dúvidas quanto a realização ou não de Conferência de Saúde Municipal, levando em conta o período pandêmico;

Considerando que o Processo de Planejamento dos instrumentos do SUS e da gestão orçamentária tem etapas de execução previamente previstas nas legislações que regem as respectivas matérias;

CONSIDERANDO as Recomendações nº 10, 11 e 12/2021 – 19ª PJESLZ, através das quais a 19ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Capital recomendou que fosse “efetivada parceria colaborativa entre o Conselho Estadual de Saúde (com Resolução específica), COSEMS-MA (com posicionamento sobre o tema por Resolução específica), Secretaria de Estado da Saúde – SES e Superintendência Estadual do Ministério da Saúde – MA, no sentido de buscar consenso, externado em documento orientativo, quanto à construção dos Planos Municipais de Saúde – PMS, visto que as Conferências Municipais de Saúde, com previsão de realização para o ano de 2021, coincidiram com o atual período pandêmico, impactando na realização das referidas de forma presencial, as quais são base para o Plano Municipal de Saúde – PMS 2022-2025 e os demais instrumentos de planejamento dele decorrentes para orientar as ações de saúde locais, devendo, portanto a atualização do referenciado Plano Municipal obedecer às normas sanitárias vigentes, e ser alicerçado nas necessidades de saúde da população por meio das demandas dos diversos segmentos sociais”.

CONSIDERANDO que, em atenção às Recomendações expedidas pela 19ª PJ Especializada na Defesa da Saúde da Capital, foi editada a Resolução nº 04, de 07 de junho de 2021, do Conselho Estadual de Saúde do Maranhão (CES/MA), contendo orientações aos municípios maranhenses quanto à realização das Conferências Municipais de Saúde e elaboração do Plano Municipal de Saúde 2022-2025;

CONSIDERANDO que o documento orienta que as Conferências Municipais de Saúde sejam realizadas apenas no final do ano de 2021 ou em 2022, conforme condições objetivas de vacinação e de prevalência da covid 19 no próprio município, para validar ou ajustar o Plano Municipal de Saúde, provisoriamente proposto pela gestão municipal e pelo Conselho Municipal de Saúde levando em conta metas aprovadas na última Conferência e ainda não atingidas e as necessidades atuais de combate à pandemia;

RESOLVE RECOMENDAR, à Secretária Municipal de Saúde que:

I) providencie a construção do Plano Municipal de Saúde - PMS 2022-2025, observando as seguintes questões:

1 A gestão municipal, com a participação do respectivo Conselho Municipal de Saúde, deve revisar os documentos e registros da Conferência Municipal de Saúde realizada em 2018, identificando as propostas, deliberações e as diretrizes inseridas no PMS 2018-2021.

1.1 Avaliar as diretrizes, objetivos, metas, os indicadores e as ações executadas do PMS 2018-2021 e que necessitam de manutenção por serem de ação contínua, e verificar as informações que necessitam de adequação à nova realidade e as que foram cumpridas;

1.2 Verificar a necessidade de acrescentar outras diretrizes, com seus respectivos objetivos, metas e indicadores, não planejadas previamente, devido à mudança no cenário epidemiológico do município, ou na organização do SUS;

1.3 Analisar as avaliações e recomendações dadas pelo RAG 2020 que se fizerem necessárias;

1.4 Analisar os indicadores da Pactuação Federativa e o grau de cumprimento das metas pactuadas. Reveja ações e recursos para o cumprimento das que são comuns e obrigatórias e aquelas inseridas para atender as especificidades do município ou da região;

1.5 Atentar para cumprimento das metas do Previne Brasil e defina ações para alcançá-las, além de estratégias para o monitoramento e avaliação.

1.6 A Programação Pactuada Integrada – PPI – deve ser inserida como parte do planejamento, analisando as execuções, e uma estimativa de necessidades da população, definindo as prioridades na organização da atenção para a viabilidade da garantia do acesso do SUS no município;

1.7 Estar atento às pactuações na CIB/CIR que definem responsabilidades municipais para inseri-las no PMS 2022-2025 e PAS 2022;

1.8 Revisitar o Plano de Contingência para Enfrentamento à Covid-19, estando atualizado e contendo as ações necessárias para a mitigação do impacto da pandemia pelo coronavírus na população do município.

2 Buscar o registro de dados do município nos sistemas de informação próprios e/ou do Ministério da Saúde para realizar uma Análise de Situação de Saúde fidedigna que possa identificar, descrever e priorizar os problemas de saúde da população, além de identificar as necessidades para a definição de ações de promoção, proteção, recuperação que o serviço de saúde deve oferecer para a população;

3 Inserir as propostas de campanha do prefeito que viabilizaram a sua eleição.

4 Definir as Diretrizes (de forma mais abrangente), Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI), a partir da revisita aos documentos expostos acima e outros que se fizerem necessários, sempre a partir das necessidades e prioridades em saúde da população;

5 Providenciar a inserção das metas nas peças orçamentárias dos municípios para garantir a alocação de recursos e a realização das ações;

6 Apresentar e entregar cópia do PMS ao CMS para apreciação e à Câmara de Vereadores e;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 21/07/2021. Publicação: 22/07/2021. Edição nº 137/2021.

7 Inserir as DOMI, como parte do PMS 2022-2025, no DigiSus Gestor Módulo Planejamento até 31/07/2021.

II) providencie a construção da PAS 2022, observando as seguintes questões:

1 A Programação Anual de Saúde – PAS é a atualização das metas do PMS correspondente, visando operacionalizar as intenções do plano, além de prever a alocação de recursos orçamentários a serem executados.

1.1 Para cada prioridade, avaliar as diretrizes, objetivos e metas que se pretende realizar no ano seguinte e que devem ser transcritas na PAS;

1.2 Para as metas transcritas devem especificar o quanto destas pretendem realizar no ano seguinte.

1.3 Verificar quais metas contidas no PMS 2018-2021 serão incluídas no PMS 2022-2025, e definir que estas não tenham uma linha de base em condição pior do que a da respectiva meta contida no PMS 2018-2021;

1.4 Descrever as ações que serão realizadas para atingir cada meta e sua respectiva previsão orçamentária;

1.5 Os indicadores do PMS devem ser também transcritos na PAS para mensurar as metas.

2 Apresentar ao CMS para apreciação e à Câmara de Vereadores e anexar cópia desse documento na íntegra no DigiSus Gestor Módulo Planejamento.

3 Inserir a parte da PAS 2022 no DigiSus Gestor Módulo Planejamento até 31/07/2021.

DETERMINA, assim, que seja encaminhado, no prazo de 10 (dez) dias, a esta Promotoria de Justiça, preferencialmente por e-mail (pjalcantara@mpma.mp.br) DOCUMENTO COMPROBATÓRIO das ações empreendidas para o cumprimento desta Recomendação.

Alcântara/MA, 20 de julho de 2021

assinado eletronicamente em 20/07/2021 às 12:08 hrs (*)

RAIMUNDO NONATO LEITE FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

BACABAL

PORTARIA-2ªPJEBC - 472021

Código de validação: D9D2222456

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Representante Legal infrafirmada, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. II e VI, da Constituição da República e art. 26, inc. I, da Lei Federal nº 8.625/93, sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes, em especial os arts. 3º, inc. V e 5º, inc. II, ambos do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014,

CONSIDERANDO que são atribuições institucionais do Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal/88, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública, assegurados na Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Notícia de Fato nº 033372-500/2018, foi instaurada após recebimento de Ofício nº 1386/2018 - PL/TCE, subscrito pelo Conselheiro do TCE/MA, informando que a tomada de contas anual de gestão da Administração Direta de Bacabal (MA), referente ao exercício financeiro de 2009, sob a responsabilidade do prefeito de Lago Verde, obteve deliberação irregular;

CONSIDERANDO que a referida Notícia de Fato foi instaurada em 22/10/2018, e, portanto, conforme disposto no art. 3º da Resolução CNMP nº 174/2017, já extrapolado o correspondente prazo de tramitação;

RESOLVO converter o feito em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (stricto sensu) (art. 11, § 3º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GCPGJ/CGMP), para fins de acompanhamento e fiscalização da matéria objeto do presente procedimento, providenciando-se nele as seguintes diligências:

1. Registre-se em livro próprio e no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP;
2. Nomeie a Técnica Ministerial Administrativo Berenice Souza de Carvalho Pontes para secretariar os trabalhos;
3. Encaminhe-se cópia da portaria para publicação;
4. Encaminhe-se ofício ao Cartório Eleitoral para que encaminhe lista contendo nome, qualificação, início e término de mandato dos prefeitos de Lago Verde de 2000 até o presente ano;
5. Após, promova-se o sobrestamento do feito, nos termos editados pelo Procurador-Geral de Justiça, juntando-se o respectivo ato, bem como suas possíveis prorrogações;
6. Promova-se a digitalização integral de forma legível dos autos físicos tão logo retomadas as atividades presenciais ou o rodízio de servidores.

Bacabal/MA, 15 de julho de 2021.

assinado eletronicamente em 15/07/2021 às 21:47 hrs (*)

20